



Miguilim

revista eletrônica do netli
volume 6, número 1, Jan.-Abr. 2017

UMA ANÁLISE DISCURSIVA CRÍTICA DAS REPRESENTAÇÕES DO BRASIL E DO BRASILEIRO NO DISCURSO DO JORNAL *EL PAÍS*



A CRITICAL DISCURSIVE ANALYSIS OF THE BRAZIL AND BRAZILIAN'S REPRESENTATIONS IN THE *EL PAÍS* JOURNAL'S DISCOURSE

Luana Lisboa BARRERE
Júlia Maria Costa de ALMEIDA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO, Brasil

RESUMO | INDEXAÇÃO | TEXTO | REFERÊNCIAS | CITAR ESTE ARTIGO | AS AUTORAS
RECEBIDO EM 29/03/2017 • APROVADO EM 19/04/2017

Abstract

This research presents a critical analysis of the opinion article “A copa nos ajuda a descobrir que o Brasil é um país normal”, published by the Spanish journal *El País* in June of 2014, in the context of World Cup 2014 and subsequently the huge manifestations in 2013 against the high costs in the event and for better public services. It aims to analyze which Brazil and Brazilian

representations were spread out in this article from the approach in Critical Discourse Analysis of Teun Van Dijk (2008;2012), which dialogues with the study of the social representations in Social Psychology of Serge Moscovici (1978; 2004), which characterizes a multidisciplinary bias from Linguistics. By analyzing discourse structures, such as metaphor, lexicalization, implication and evidences, we intend to investigate the existence of the asymmetrical power and intergroup polarization between the europeans and brazilians and the consequently (re) production of unfavorable representations of Brazil and your population.

Resumo

Este trabalho apresenta uma análise crítica do artigo de opinião “A Copa nos ajuda a descobrir que o Brasil é um país normal”, veiculado pelo jornal espanhol *El País* em junho de 2014, no contexto de realização da Copa do Mundo de 2014 e posteriormente às grandes manifestações de 2013 contra os altos gastos desse megaevento e pela melhoria dos serviços públicos. Nosso objetivo é analisar quais representações do Brasil e do brasileiro foram difundidas no referido artigo a partir da abordagem em Análise Crítica do Discurso (ACD) de Teun van Dijk (2008; 2012), em diálogo com o estudo da representação social em Psicologia Social de Serge Moscovici (1978; 2004), o que caracteriza um viés multidisciplinar a partir da Linguística. Por meio da análise de estruturas do discurso, tais como metáfora, lexicalização, implicação e evidencialidade, buscamos investigar a existência de relação de poder assimétrica e polarização intergrupala entre europeus e brasileiros e a consequente (re) produção de representações desfavoráveis do Brasil e de sua população.

Entradas para indexação

Keywords: Critical Discourse Analysis. Power. Social Representation. Brazil/brazilian. Journal *El País*.

Palavras-chave: Análise Crítica do Discurso. Poder. Representação social. Brasil/brasileiro. Jornal *El País*.

Texto integral

INTRODUÇÃO

O Brasil, no contexto desta segunda década do século XXI, encontra-se tensionado por diversas mudanças em função de vários acontecimentos no âmbito político, econômico e também esportivo que o colocaram em destaque aos olhos do mundo. Além da visibilidade internacional no âmbito político-econômico que o Brasil ganhou por integrar-se efetivamente aos BRICS – bloco político e econômico criado no ano de 2008 com o objetivo de fortalecer o desenvolvimento dos países Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul –, no âmbito esportivo, a realização de importantes megaeventos trouxe grande destaque para o país, visto que foi a

primeira vez que os Jogos Olímpicos foram sediados em um país da América do Sul e a segunda vez na América Latina, depois da Cidade do México, em 1968. Deve-se levar em conta, também, que o Brasil foi a sede da Copa das Confederações, em 2013, além de, depois de seis décadas, desde a Copa de 1950, ter sido escolhido para sediar o Mundial, em 2014.

No entanto, no período de preparação para a realização da Copa do Mundo, os protestos contra os altos custos do evento e por serviços públicos de qualidade também conferiram grande notoriedade ao Brasil aos olhos no mundo, uma vez que muitos brasileiros encheram as ruas do país em 2013 com cartazes, palavras de ordem e marchas, dando origem às manifestações populares conhecidas como Jornadas de Junho, iniciadas em São Paulo contra o aumento na tarifa do transporte público, ampliadas e direcionadas aos serviços públicos diante dos gastos com o custo do Mundial de 2014.

Esse cenário sociopolítico do Brasil constituiu um momento propício para averiguar os discursos difundidos sobre o país e sua população no âmbito internacional, abrindo espaço para uma pesquisa que resultou na Dissertação de Mestrado *Representações do Brasil e do brasileiro no discurso do jornal El País no contexto pré-Copa Fifa de 2014* (BARRERE, 2017), em que analisamos seis artigos de opinião publicados entre junho de 2013 a julho de 2014, com a adoção de um viés crítico de pesquisa por meio dos pressupostos da Análise Crítica do Discurso, com o objetivo de sondar o modo como os brasileiros são representados no discurso europeu da atualidade. Neste artigo, propomo-nos a apresentar a análise crítica do artigo de opinião *A Copa nos ajuda a descobrir que o Brasil já é um país normal*, de Juan Arias, publicado em 13 de junho de 2014 pelo *El País*, com o objetivo de observar as estruturas do discurso (VAN DIJK, 2012) que servem para a construção de representações bem ou mal qualificadas (positivas ou negativas) do Brasil e dos brasileiros e indagar se essas representações apresentam uma polarização entre grupos expressa pela relação *Nós* (endogrupo) x *Eles* (exogrupo), que poderia indiciar relações de hierarquização cultural.

De modo a organizarmos este trabalho, o dividimos em 4 seções, a saber: na seção 1, *A noção de representação social como pressuposto*, apresentaremos as concepções de Serge Moscovici (1978; 2004) acerca do fenômeno da representação social; na seção 2, *Quadro teórico-metodológico: a Análise Crítica do Discurso*, abordaremos a Análise Crítica do Discurso e seus pressupostos, além de apresentarmos o quadro metodológico escolhido, que foi o estudo do poder a partir da análise das estruturas do discurso de Van Dijk (2008; 2012); na seção 3, *Análise crítica do artigo "A Copa nos ajuda a descobrir que o Brasil já é um país normal"*, após os comentários sobre o jornal espanhol *El País* e o gênero artigo de opinião, efetuiremos a análise do artigo escolhido, seguida pela conclusão.

1 A NOÇÃO DE REPRESENTAÇÃO SOCIAL COMO PRESSUPOSTO

O estudo da representação social foi inicialmente trabalhado na tradição dos estudos sociológicos, nos quais se defendia que a representação consistia em uma

forma de conhecimento independente, que corresponde a um determinado número de exigências do homem na medida em que ele se defronta com os acontecimentos de seu universo imediato. Assim, sua razão de ser se fundamenta na tentativa de consolidar uma relação com os outros através da socialização de elementos figurativos específicos de um sistema de significações do mundo. Na busca pela integração e superação da dicotomia entre o individual e o social, a Psicologia Social viveu um momento angustiante pela grande divergência que existia com as perspectivas da tradição sociológica, situação que por muito tempo foi motivo de frustração pela demora de um referencial teórico estável que harmonizasse os aspectos psicológicos (individuais) e sociais. Todavia, foi no início dos anos 60 que o psicólogo social Serge Moscovici resgatou o conceito de representação social da Sociologia de Émile Durkheim e o inovou devido à verificação dos aspectos da representação não só em termos sociais ou coletivos, mas também em termos psicológicos, circunstância que transformou o conceito em uma noção multifacetada (BARRERE, 2017).

Moscovici aponta que o modo durkheimiano de entender a representação tornou-se um problema, pelo fato de não abordar nem explicar a pluralidade dos modos da organização do pensamento, o que limitou de maneira significativa o fenômeno representativo, a ponto de fazê-lo perder suas especificidades. Assim, Moscovici (1978) nos mostra que a visão de Durkheim estabelece uma sociologia autônoma que conduziu esse sociólogo a uma distinção radicalista entre representações individuais e coletivas, sugerindo que as primeiras formariam o objeto unicamente da Psicologia e as segundas, da Sociologia. Esse cenário motivou Moscovici a distanciar significativamente sua teorização sobre a representação do pensamento de Durkheim por dois motivos principais: o primeiro é pelo fato de mostrar que a representação deve ser encarada tanto “na medida em que ela possui uma contextura psicológica autônoma, *como na medida em que é própria de nossa sociedade e de nossa cultura*” (MOSCOVICI, 1978, p. 45, grifo do autor); já o segundo motivo se deu pela substituição do termo “representação coletiva” por “representação social”, pois, segundo Moscovici, a palavra “social” traduz o aspecto essencialmente dinâmico da representação, enquanto o termo “coletivo” remete a sua característica estática (MOSCOVICI, 1978).

Moscovici defende o aspecto dinâmico das representações, tendo em vista que elas não são um simples reflexo da realidade, mas sim atitudes que a modificam, isto é, expressão e produção do homem. Nesse sentido, a representação é um conjunto de comportamentos e relações que nascem e morrem, e isso significa dizer que ela é elemento responsável pela constituição, mobilização e, até mesmo, pelo apagamento de conceitos que são utilizados pelas pessoas para dar sentido às coisas, aos outros e a si mesmas. Dessa maneira, os objetos do mundo, uma vez percebidos, são conceituados e suas características são construídas de acordo com o contexto e interesses das pessoas. Nesse sentido, a representação é uma das maneiras pelas quais o homem adquire conhecimento sobre as coisas, consistindo em um:

[...] sistema de valores, ideias, práticas, com uma dupla função: primeiro, estabelecer uma ordem que possibilitará as pessoas orientar-se em seu mundo material e social e controlá-lo; e, em

segundo lugar, possibilitar que a comunicação seja possível entre os membros de uma comunidade, fornecendo-lhes um código para nomear e classificar, sem ambiguidade, os vários aspectos de seu mundo e sua história individual e social. (MOSCOVICI, 2004, p. 21).

Moscovici sustenta que a representação oferece opções para descrição e explicação dos fenômenos sociais, na orientação e determinação das atitudes sociais dos membros de um grupo:

No final das contas, ela produz e determina os comportamentos, pois define simultaneamente a natureza dos estímulos que nos cercam e nos provocam, e o significado das respostas a dar-lhes. Em poucas palavras, a representação social é uma modalidade de conhecimento particular que tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre indivíduos [...] elas possuem uma função constitutiva da realidade, da única realidade que conhecíamos por experiência e na qual a maioria das pessoas se movimenta [...] é alternativamente, o sinal e a reprodução de um objeto socialmente valorizado. (MOSCOVICI, 1978, p. 26-27).

A representação orienta o comportamento das pessoas e tal compreensão parte de uma perspectiva social do fenômeno representativo, visto que é vivendo em sociedade que surge a necessidade de construir representações das coisas por meio de categorias de classificação e nomeação de algum objeto. Nessa direção, as representações também se inscrevem em uma abordagem cognitivista, pois se convertem em um saber, ou seja, uma espécie de “conhecimento social” que os indivíduos adquirem sobre os acontecimentos do cotidiano. Desse modo, a noção de representação está no ponto de interseção entre o individual e o social e, antes de tudo, diz respeito à maneira com que os indivíduos apreendem os objetos de mundo, isto é, os fatos da vida diária, as características do ambiente em que vivem, as outras pessoas com as quais interagem, configurando, assim, um processo contínuo de construção de conceitos sobre esses objetos (BARRERE, 2017).

Ademais da compreensão de ser a representação um sistema de valores e de significação do mundo e um tipo de conhecimento social que orienta e determina o comportamento dos indivíduos, Moscovici (2004) mostra que as representações possuem uma função fundamental, que “*é tornar familiar algo não-familiar, ou a própria não-familiaridade*” (MOSCOVICI, 2004, p. 54, grifo do autor). A familiaridade impulsiona o processo de construção das representações e ela surge da necessidade que o homem tem de adequar seus conceitos sobre as coisas da maneira que mais lhe seja inteligível, integrando-os em um quadro coerente que o permita falar daquilo que todos falam, dirimindo, assim, a distância e a estranheza. Nessa direção, a familiarização acontece por meio de uma:

[...] extração de um sentido ou de uma ordem através do que é relatado e pela manipulação dos átomos do conhecimento

dissociados de seu contexto lógico normal, desempenha um papel capital. Corresponde a uma constante preocupação: preencher lacunas, suprimir a distância entre o que se sabe, por um lado, e o que se observa, por outro, completar as “divisórias vazias” de um saber pelas “divisórias cheias” de um outro saber [...]. (MOSCOVICI, 1978, p. 55).

Sendo assim, o fenômeno representativo é uma dinâmica de familiarização, na medida em que os objetos são percebidos e entendidos em relação aos conhecimentos prévios e paradigmas particulares que cada indivíduo traz em sua mente. Como produto disso, a memória tem prevalência sobre as inferências, o passado sobre o presente, a resposta sobre os estímulos e as imagens sobre o “real”. Contudo, Moscovici atenta para o fato de que aceitar e compreender o que é familiar, criar hábitos comportamentais a partir disso é um caso, mas outro totalmente diferente é estabelecer isso como o padrão de referência e interpretar tudo o que acontece e o que se percebe baseado nele (BARRERE, 2017).

As considerações de Moscovici (1978; 2004) nos revelam que é necessário compreender a representação como um fenômeno complexo, visto que sua compreensão é ampla, sendo entendida como um processo de significação do mundo por meio da nomeação; como um conhecimento social sobre determinado objeto; um elemento que orienta e determina o comportamento dos atores sociais e um fenômeno da cognição que permite tornar próximo e familiar os objetos de mundo desconhecidos.

2 QUADRO TEÓRICO-METODOLÓGICO: A ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO

Na década de 1980, alguns estudiosos se reuniram na Universidade de Lancaster para aprimorarem e aprofundarem os fundamentos da Linguística Crítica (LC), surgindo, então, a Análise de Discurso Crítica, termo cunhado por Norman Fairclough (em 1985) em um de seus artigos semanais no *Journal of Pragmatics*. Posteriormente, a conhecida Análise de Discurso Crítica foi sendo citada em outros trabalhos como Análise Crítica do Discurso (ACD).

A ACD constitui-se com um amplo escopo de aplicação, não tendo um modelo metodológico único pelo fato de possuir interfaces com outras disciplinas. Com isso, as investigações conduzidas pelos propósitos da ACD possibilitam compreender melhor os diversos aspectos que envolvem as práticas discursivas. Mas em que consiste a Análise Crítica do Discurso? Van Dijk responde a essa pergunta, dizendo, primeiramente, o que ela não é:

[...] a ACD não é uma orientação investigativa entre outras como a gramática TG ou a linguística sistêmica, e menos ainda é uma subdisciplina da análise discursiva, como da psicologia do discurso ou a análise da conversação. Não é um método, nem uma teoria que simplesmente se possa aplicar aos problemas sociais. A ACD pode

realizar-se em, ou combinar-se com qualquer enfoque e subdisciplina das humanidades e das ciências sociais. (VAN DIJK, 2003, p. 144, tradução e grifos nossos).¹



Dessa maneira, vemos que a ACD é uma *perspectiva ou abordagem* crítica do discurso que pode ser conjugada a qualquer outra disciplina a fim de investigar as práticas de discurso de determinados grupos sociais. Assim, a ACD também busca seus diálogos com as Ciências Sociais, promovendo uma análise discursiva incorporada à análise social, o que permite observar de modo mais integrado os problemas ocasionados pelo exercício do poder. Nessa direção, a ACD:

centra-se principalmente nos problemas sociais e questões políticas, no lugar de paradigmas correntes e modismos [...]. A ACD enfoca, mais especificamente, os modos como as estruturas do discurso produzem, confirmam, legitimam, reproduzem ou desafiam as relações de poder e de dominação na sociedade. (VAN DIJK, 2008, p. 114, grifos do autor).

O caráter inovador dessa abordagem não se dá só pelas possibilidades de diálogo interdisciplinar que cria, mas também por haver rompido com outras perspectivas de análise de discurso, como a Análise de Discurso francesa (AD), visto que as investigações desenvolvidas sob um ponto de vista crítico do discurso abandonam a noção de sujeito mais propenso aos amoldamentos ideológicos e de pouca atitude responsiva, substituindo-a, então, pela noção de ator social que possui participação efetiva e ativa nos processos sociais que constituem a história e usos da língua (MELO, 2012).

Van Dijk (2008), um dos principais teóricos da ACD, com base na discussão de Fairclough (2001), aponta que os estudos críticos do discurso devem cumprir determinados requisitos para que seus objetivos se efetivem, como: i) uma investigação em ACD deve centrar-se principalmente nos problemas sociais e políticos das práticas de discurso, ao invés de preocupar-se com paradigmas e questões formais; ii) ao invés de somente descrever as estruturas discursivas, a ACD deve explicá-las, em se tratando de propriedades linguísticas da interação social e iii) o foco da ACD está, especificamente, nos modos como tais estruturas do discurso são usadas na produção, reprodução, legitimação ou resistência às relações de poder e de dominação social e/ou cultural. Nessa esteira, Fairclough e Wodak (1997) delineiam as questões mais importantes a serem tratadas na ACD, apresentando seus principais fundamentos que completam e definem sua agenda de discussão:

- 1) A ACD aborda problemas sociais;
- 2) As relações de poder são discursivas;
- 3) O discurso constitui a sociedade e a cultura
- 4) O discurso realiza um trabalho ideológico;
- 5) O discurso é histórico;

- 6) A relação entre texto e sociedade é mediada;
- 7) O discurso é uma forma de ação social.



A ACD também focaliza o(s) modo(s) como os grupos sociais possuem controle sobre os discursos, sendo que a maioria das pessoas tem apenas um controle ativo sobre os discursos da esfera cotidiana, como a conversa entre membros de família ou colegas, e um controle passivo sobre, por exemplo, os discursos midiáticos. Em muitos contextos, algumas pessoas indiretamente são, em maior ou menor grau, alvos de discursos (escritos ou orais) de membros com maior poder social, como autoridades, professores, policiais, etc., os quais têm permissão, pela posição social assumida, de dizer o que devem ou não fazer e no que devem ou não acreditar. Em contrapartida, os membros de grupos sociais ou institucionais com mais poder, ou seja, as elites simbólicas, possuem mais acesso² a um ou mais tipos de discursos públicos de influência, e, por conseguinte, os controlam. Sendo assim, professores controlam o discurso educacional/acadêmico, os advogados, o discurso jurídico, os políticos, o discurso político e os jornalistas, os discursos midiáticos e também o político. Em outras palavras, os que possuem maior controle sobre uma quantidade maior de discursos e ainda sobre os discursos mais influentes, são, portanto, os mais poderosos (VAN DIJK, 2012).

Por se tratar de uma abordagem que considera não apenas os aspectos linguísticos, mas também os sociais, políticos e culturais que atravessam a produção e reprodução dos discursos, a ACD não apresenta um enfoque conceitual e metodológico fixo, visto que, se assim fosse, reduziria a ampliação do seu escopo. Por fim, ela representa um dos caminhos de descobertas mais instigantes dentro das ciências da linguagem e na interface da Linguística com outras áreas de conhecimento, permitindo a adoção de diferentes teorias e métodos o que lhe confere um aspecto transdisciplinar, isto é, “[...] não somente aplica outras teorias como também, por meio do rompimento de fronteiras epistemológicas, operacionaliza e transforma tais teorias em favor de uma abordagem sociodiscursiva” (RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 14).

Segundo Van Dijk (2008), os estudos em ACD se tornam mais completos por admitirem o uso de outros pressupostos teóricos além dos que são especificamente da Linguística dentro de um mesmo quadro de investigação. Assim, daremos início à discussão sobre o poder, inscrevendo-a em uma perspectiva discursiva, social e também cognitiva, buscando alinhá-la em direção ao quadro conceitual adotado, que é o de Van Dijk (2008; 2012).

2.1. A RELAÇÃO ENTRE DISCURSO E PODER PARA VAN DIJK

As sociedades contemporâneas têm sido marcadas por transformações rápidas e frequentes, devido principalmente ao desenvolvimento tecnológico impulsionado pela globalização. Os aparatos tecnológicos possibilitam uma interação maior entre as pessoas, promovendo novas relações e experiências de

contato transcultural que influenciam a maneira como certos grupos sociais veem os outros, implicando, assim, mudanças sociais, políticas e culturais profundas, e gerando relações humanas mais complexas, em muitas das quais o discurso tem desempenhado um papel significativo. Dessa maneira, torna-se fundamental entender como o discurso atua na construção das redes de relações sociais, como as de poder, que são relações complexas por geralmente se apresentarem tácita e imperceptivelmente em espaços sociais e entre grupos socioculturais específicos (BARRERE, 2017).

Apesar da importância de vários estudos existentes sobre o poder em diversas disciplinas, como o poder entre classes proposto pela teoria tradicional marxista, por exemplo, nossa discussão se centra em torno do poder estabelecido entre grupos socioculturais. Nessa direção, encontramos, em Van Dijk (2008), a noção mais ampla de poder, entendido como controle sobre as pessoas, ou seja, um “tipo de controle mental exercido tipicamente por meio da persuasão ou de outras formas de comunicação discursiva” (VAN DIJK, 2008, p. 42), praticado por organizações, formações sociais e instituições, ou seja, por grupos sociais dominantes. O estudioso apresenta uma definição de poder social, a qual é muito importante para nossa discussão:

(1) Poder social é uma característica da relação entre grupos, classes, ou outras formações sociais, ou entre pessoas na qualidade de membros sociais. Apesar de podermos falar em formas pessoais de poder, esse poder individual é menos relevante para a nossa explicação sistemática do papel do poder no discurso enquanto interação social. (VAN DIJK, 2008, p. 41).

Nesse sentido, observamos que a discussão sobre o poder se encaminha para duas direções: a primeira, no que diz respeito ao controle sobre o discurso e a segunda, sobre o controle das pessoas (social). Essas duas orientações se complementam, uma vez que “uma condição importante para o exercício do controle social é o controle sobre o próprio discurso e sua produção” (VAN DIJK, 2008, p. 43). Por um lado, a primeira direção que pudemos notar (controle sobre o discurso) se dá em torno de dimensões de acesso, como a permissão de fala ou escrita para determinadas pessoas e grupos, em determinados contextos, dimensões estas controladas por grupos que têm acesso direto aos discursos mais influentes, como o político e o midiático, por exemplo. Essas dimensões de nível macro de controle influenciam as de nível micro, como, por exemplo, o controle sobre as estruturas discursivas que, de acordo com Van Dijk (2012), podem ser compreendidas em níveis, a saber: a) *a sintaxe de uma língua*, com seus elementos lexicais, vocabulário, estruturas sintáticas na voz passiva, ativa; b) os *dispositivos retóricos de sentido*, como hipérboles, ironias, metáforas, eufemismos; c) os *dispositivos de significado*, como comparações, isenções, descrições de atores sociais e d) os *elementos argumentativos*, como exemplos (factuais ou ilustrativos), evidências (factuais) e generalizações.

Van Dijk contribuiu para a formação de um modelo de análise estrutural consistente, com o objetivo de descobrir quais níveis e formas da língua são utilizados na produção de ideologias e representações nos discursos, especialmente aquelas que lidam com racismo e outras formas de dominação social e cultural. Essas ideologias e representações são expressas através dessas formas, denominadas de estruturas discursivas. Diversas dessas categorias estruturais foram encontradas nos trabalhos de Van Dijk (2008; 2012), no entanto, em nossa pesquisa de Mestrado (BARRERE, 2017), observamos uma grande ocorrência da metáfora, lexicalização, implicação e evidencialidade, as quais utilizamos para analisar o artigo de opinião que constitui o corpus de análise deste trabalho, de modo a tornar nosso estudo mais específico, além de compreendermos melhor como as representações construídas por meio do uso dessas categorias discursivas podem ou não evidenciar relações de poder hierarquizantes entre grupos socioculturais distintos.

Organizamos as categorias escolhidas em quatro grandes níveis: o do significado, da argumentação, da retórica e, por fim, do estilo. Para melhor compreensão, descreveremos as quatro categorias escolhidas nessa mesma ordem, como veremos a seguir:

A categoria que se inscreve no nível do significado é a implicação, a qual, segundo Van Dijk (2012), corresponde a implicaturas, em que os significados são inferidos por meio do não dito. Por muitas razões de contexto, os locutores não dizem, não querem ou não precisam dizer o que eles realmente sabem. Assim, grande parte dos sentidos de um discurso se dá de maneira implícita, sendo necessário que os interlocutores ativem seus conhecimentos prévios estocados na memória acerca de determinada situação, pessoa, enfim, sobre algum objeto.

A categoria que pertence ao nível da argumentação é a evidencialidade. Aqui, as afirmações e os pontos de vistas apresentados são mais bem aceitos quando os enunciadores apresentam alguma evidência, que consiste em uma prova concreta do conhecimento apresentado. Isso pode ocorrer pela referência de figuras de autoridade, discursos legítimos, como o discurso jurídico, médico, acadêmico e até mesmo por referência a algum acontecimento factual ou outras formas de evidencialidade que os locutores utilizem para garantir a veracidade das suas informações.

No que diz respeito ao nível da retórica, encontramos a metáfora, que se trata de uma figura de linguagem que emprega um termo com significado de outro, de maneira que seja mantida uma relação de semelhança entre ambos, comumente ligada a uma comparação tácita.

O quarto e último nível é o do estilo, composto pela categoria da lexicalização, que dentro de uma perspectiva do discurso consiste em uma seleção específica de palavras, isto é, de itens e/ou escolhas lexicais (substantivos, adjetivos e advérbios) e também de expressões nominais utilizados para apresentar uma ideia acerca de um determinado objeto.

3 ANÁLISE CRÍTICA DO ARTIGO DE OPINIÃO “A COPA NOS AJUDA A DESCOBRIR QUE O BRASIL JÁ É UM PAÍS NORMAL”



Este tópico, que é o mais extenso do trabalho, foi organizado em três momentos: primeiramente, o iniciamos com uma breve descrição do jornal espanhol *El País*, apresentando, em seguida, uma abordagem sobre o gênero jornalístico artigo de opinião, a fim de situarmos nosso trabalho e, por último, efetuaremos a análise do artigo escolhido. No que diz respeito da discussão em torno do artigo de opinião, cremos ser necessária, com o intuito de sabermos no que consiste esse gênero que compõe a esfera jornalística e essa necessidade se dá pelo fato de que, como discutimos anteriormente, a ACD tem preocupação em investigar as práticas discursivas de poder nos discursos das esferas públicas pelas elites simbólicas, dentre as quais os jornalistas fazem parte.

No que diz respeito ao *El país*, trata-se de um jornal espanhol com publicações diárias, sendo o mais conhecido e influente na Espanha. Seus primeiros números foram publicados no mês de maio, em meados dos anos 70, dentro de um contexto sociopolítico importante no país, que foi a transição política para a democracia. Devido ao golpe de 23 de fevereiro de 1981, que consistiu em uma tentativa de golpe militar por um grupo de guardas comandado pelo tenente coronel Antonio Tejero, o *El país* assumiu uma postura fortemente nacionalista e democrática, circunstância que o fez alcançar liderança na imprensa espanhola. O jornal tornou-se um diário global e independente, sendo pioneiro na adoção de critérios jornalísticos, que orientam as relações entre os membros da redação, leitores e dirigentes. Com sua sede em Madrid, o *El País* também conta com pontos de redação situados em Barcelona, Sevilha, Valencia, Santiago de Compostela, Bilbao e em outras cidades dos 45 países do mundo que abrangem sua cobertura jornalística, entre as quais São Paulo, no Brasil.

A aparição do *El País* na internet se deu em 1996, quando foi inaugurada a primeira edição digital através do endereço eletrônico *elpais.com*, e no início dos anos 2000 o jornal optou pela migração de todas suas publicações ao sítio virtual, com o objetivo de promover o acesso global ao periódico. Atualmente, a *web site* oficial do *El país* conta com três edições que variam segundo o lugar de origem do público-alvo. Além de suas versões em espanhol e em inglês, em 26 de novembro de 2013 foi lançada uma versão em português, devido ao crescimento significativo de acessos ao site espanhol por leitores brasileiros, resultando na criação do *El País Brasil*. Além da criação desse portal brasileiro, o periódico conquistou uma audiência significativa devido à apresentação de várias versões em línguas estrangeiras de suas publicações, o que tem garantido sua expansão e sua influência mundial através dessa estratégia de comunicação global (BARRERE, 2017).

No que diz respeito à discussão acerca do gênero artigo de opinião, primeiramente é necessário tecer alguns comentários sobre conceito de gênero de discurso. Tal conceito teve origem na tradição retórica e poética de Aristóteles e Platão, o qual transitou, mais recentemente, para o domínio da Linguística, tendo como base a teoria dos gêneros do discurso do filósofo russo Mikhail Bakhtin, que em uma perspectiva sócio-histórica e dialógica preconizou a ideia de que a língua

está relacionada com todas as esferas da atividade humana, e, por isso, nos deparamos com uma vasta variedade de usos da língua (BAKHTIN, 2010). Ainda de acordo com Bakhtin, a gênese do estudo dos gêneros do discurso se fundamenta no fato de que:



o emprego da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos), concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo de atividade humana. Esses enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo não só por seu conteúdo (temático) e por seu estilo da linguagem, ou seja, pela seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua, mas, acima de tudo, por sua construção composicional. (BAKHTIN, 2010, p. 261).

Luiz Antônio Marcuschi (2008), um proeminente linguista brasileiro influenciado pela perspectiva do filósofo russo, por sua vez sustentou a ideia de que os gêneros discursivos existem porque a comunicação existe, e isso significa dizer que o homem se comunica por meio de gêneros, uma vez que estes são produto da interação verbal, isto é, “são elementos constitutivos do funcionamento da língua em situações comunicativas da vida diária” (MARCUSCHI, 2008, p. 156). Nessa direção, os gêneros discursivos têm relação direta com a vida social, em que a dimensão linguística se articula às dimensões históricas e sociais do uso da linguagem, no estabelecimento de normas das atividades comunicativas, na determinação do que convém ou não dizer em certos contextos sociais.

Já no que diz respeito em específico ao gênero discursivo artigo de opinião, podemos dizer, primeiramente, que é um gênero do discurso que atende às demandas da esfera jornalística, possuindo características próprias e um funcionamento particular. A fim de apresentarmos as principais características do artigo de opinião, encontramos no Dicionário de gêneros textuais, de Sérgio Roberto Costa (2009), um estudo realizado de forma muito didática pelo autor, em que apresenta definições e análises das classificações de variados gêneros. Nas acepções do gênero artigo, encontramos o artigo de opinião como subcategoria, em que o autor também apresenta definições em termos de sua estrutura composicional. O artigo de opinião, segundo Costa (2009, p. 36):

[...] sempre vem assinado pelo articulista e não reflete necessariamente a opinião do órgão que o publica. A estrutura composicional desse tipo de texto varia bastante (não necessariamente terá uma estrutura canônica tradicionalmente ensinada na escola: Tese inicial na Introdução; Argumentação/Refutação no Desenvolvimento e Conclusão), mas sempre desenvolve, explícita ou implicitamente, uma opinião sobre o assunto, com um fecho conclusivo, a partir da exposição das ideias ou da argumentação/refutação construídas. Em suma, a partir de uma questão polêmica e num tom/estilo de convencimento, o articulista (jornalista ou pessoa entendida no

tema) tem como objetivo apresentar seu ponto de vista sobre o assunto, usando o poder da argumentação, defendendo, exemplificando, justificando ou desqualificando posições.

Além disso, o gênero discursivo em questão caracteriza-se por apresentar publicação diária que permanece em circulação dentro de um período de vinte e quatro horas após a sua produção. Já no que diz respeito à autoria, esta não se refere à pessoa física, mas sim, a uma pessoa ideológica, ou seja, à postura do autor e, por conseguinte, à sua responsabilidade discursiva (RODRIGUES, 2005). A existência do artigo de opinião é motivada por acontecimentos da vida social da atualidade, os quais se transformam em eventos ou enunciados discursivizados que atendem aos propósitos da esfera jornalística, como servir de objeto de crítica/questionamento, concordância ou até mesmo de apoio argumentativo para a construção do discurso do articulista. Portanto, o artigo de opinião se constitui na reação-resposta a enunciados que circulam na atualidade (o dito) e na busca pela reação-resposta ativa por parte do interlocutor (RODRIGUES, 2005). Essa ideia apresentada por Rodrigues (2005) pode ser alinhada à perspectiva crítica de Van Dijk (2008), no sentido de que os discursos públicos influentes, como é o caso do artigo de opinião, refletem não apenas as representações sociais compartilhadas pelas elites, mas, sobretudo, as maneiras de interação social, comunicação e persuasão das massas. Assim, o artigo de opinião é um gênero utilizado por uma elite simbólica (os jornalistas) a fim de apresentar e legitimar sua opinião com vistas à formação de opinião pública.

3.1 ANÁLISE

O artigo intitulado *A Copa nos ajuda a descobrir que o Brasil já é um país normal*³ foi publicado em 13 de junho de 2014, um dia depois do início do Mundial. O texto foi escrito por Juan Arias, apresentando tradução realizada pelo portal brasileiro do *El País*. Neste artigo, o jornalista apresenta sua opinião sobre o cenário do Brasil desde que os protestos se iniciaram no ano anterior, buscando contrastar um Brasil “diferente” de “normal” e conferindo, ao final, o atestado de “normalidade” ao país, em termos de ser capaz de globalizar-se, isto é, de fazer política assim como os outros países do mundo.

Todavia, o título do texto já indica que essa aparente representação bem qualificada do Brasil na verdade é o início de um processo de polarização discursiva, que desencadeia uma representação com função de suplementação, visto que a “normalidade” do Brasil é atestada por um europeu que teria, sobretudo devido às heranças coloniais e ao eurocentrismo, o poder de atestar “normalidade” ou “anormalidade” a países e povos não europeus. A polarização nesse título se estabelece, primeiramente, com a presença do pronome pessoal oblíquo “nos”, que pessoaliza o mundo (ou, possivelmente, apenas o europeu), havendo uma comparação implícita entre o Nós e o Eles, em outras palavras, entre aqueles países e atores capazes de determinar o que seria a “normalidade” e outorgá-la a outrem, e o país que é posicionado pelo discurso desse Nós. Notamos, também, que o advérbio

“já” marca o tempo presente e possivelmente indica que o Brasil no passado, isto é, antes do Mundial e dos protestos de 2014, não era um país “normal”, item lexical que serve a uma comparação implícita do país, agora, para representá-lo como politicamente igual a outros do mundo (BARRERE, 2017).

No excerto que inicia o corpo do artigo, observamos que essa polarização permanece, quando o jornalista afirma que foi a Espanha o país que classificou, durante algum tempo, o Brasil como um país “diferente”:

(1) Se a segunda Copa do Mundo realizada no Brasil está tendo uma virtude é que ela começa a revelar um país normal e não “diferente”. Até junho passado, quando dois milhões de brasileiros saíram às ruas em várias cidades para exigir transportes, hospitais e escolas “padrão FIFA” e para protestar contra o esbanjamento na organização da Copa, *o Brasil, como se dizia durante uma época na Espanha, era considerado “diferente”*. (EL PAÍS, 2016, não paginado, tradução e grifos nossos).⁴

Podemos notar que o jornalista significa o mundo a partir de um ponto de vista eurocêntrico, sendo que, como vimos anteriormente, atesta “(a) normalidade” ou “diferença” ao Brasil a partir de uma visão cultural hegemônica baseada na supervalorização da Europa (neste caso da Espanha), em detrimento dos países tidos como periféricos, como o Brasil, assimilado aqui como um produto “exótico” passível de um tratamento que tende a colocá-lo e mantê-lo nesse lugar periférico.

Essa comparação implícita da capacidade política do Brasil com a de outros países que também ofereceram ao mundo, em período próximo, a imagem de grandes manifestações nas ruas, sobretudo a Espanha, reforça a estratégia de mitigação das relações de poder dentro do discurso, visto que essa “normalidade”, enquanto uma representação bem qualificada do Brasil, mantém, na verdade, o contraste com o país “diferente” do passado, isto é, sem criticidade e maturidade política, o que acaba atenuando, ou até mesmo refutando a representação favorável do Brasil. Nesse sentido, verificamos que a principal representação construída pelo jornalista é bem articulada e apresentada, de modo a conduzir o leitor à naturalização da ideia de um dos principais discursos seculares do europeu, que neste caso consiste em atestar “(a) normalidade” ou “diferença” ao Brasil. Esse tipo de discurso baseia-se em um pressuposto eurocêntrico, isto é, em uma perspectiva cultural de centro que construiu um discurso de desvalorização de países como o Brasil, considerado atrasado, que só agora encontra formas políticas legítimas, já que testadas em grandes países e globalizadas.

Todo discurso hegemônico, segundo Antônio Gramsci (2002), é uma forma de dominação caracterizada pela coerção simbólica que atua a favor da aceitação consensual do poder. Para que esse poder seja exercido, é necessário conseguir uma aprovação mais ou menos voluntária dos membros de grupos sociais que é mediada fundamentalmente por formas culturais de interação entre eles. Gramsci sugere que a hegemonia é uma disputa pelo poder, na qual as ideologias do grupo dominante tornam-se dominantes e atingem a condição de senso comum. Com isso, o consenso

ideológico espontâneo dos grupos aliados fracassa e, por conseguinte, sobressai a supremacia:

[...] a supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como “domínio” e como “direção intelectual e moral”. Um grupo social domina os grupos adversários, que visa a “liquidar” ou a submeter inclusive com a força armada, e dirige os grupos afins e aliados. Um grupo social pode e, aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder [...]; depois, quando exerce o poder e mesmo se o mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante, mas deve continuar a ser também “dirigente”. (GRAMSCI, 2002, p. 62-63).

É importante observarmos que a hegemonia se relaciona com o discurso na medida em que a produção, difusão, consumo e interpretação dos discursos podem se transformar em uma luta hegemônica que contribui, em maior ou menor proporção, para reprodução ou transformação não apenas da ordem de discurso existente, mas também das relações sociais estabelecidas. Dessa maneira, a noção de hegemonia se alinha à noção de dominação de Van Dijk (2008), que a compreende como uma das formas de uso ilegítimo do poder, praticada no e pelo discurso, a qual pode converter-se em um poder hegemônico quando este se coloca a favor da manutenção da liderança e da subordinação de um grupo ao outro. A citação acima nos ajuda a compreender que a representação de “Brasil global” oferecida pelo jornalista europeu é parte de um processo hegemônico cultural, na medida em que o Brasil é comparado a outros países ditos “normais”, processo no qual o contraste com o país “diferente” do passado atenua essa representação positiva, mantendo a polarização e, por conseguinte, as relações de poder (BARRERE, 2017).

Na sequência do artigo, o trecho “O chamado país da bola era também o do samba, das garotas de Ipanema, da alegria e da preguiça tropical. E do atraso. Um país como o que as propagandas de roteiros turísticos mundiais apresentam às vezes” (EL PAÍS, 2016, não paginado, tradução nossa)⁵, apresenta tanto representações estereotipadas positivas e negativas por meio de expressões cristalizadas: “país da bola”, “país do samba”, “país alegre”, “país da preguiça”. No entanto, notamos que embora o jornalista retome estereótipos positivos do Brasil, as representações que irão vigorar no decorrer do artigo não serão tão bem qualificadas.

Dentre esses enunciados, a “garota” de Ipanema evoca a mulher brasileira.

É interessante observar que esse substantivo grafado em itálico está sendo utilizado com o objetivo de apontar para uma evidência (evidencialidade) de que o jornalista conhece a cultura brasileira e a representação produzida no país da mulher nacional, visto que faz referência à canção “Garota de Ipanema”⁶, interpretada pelo músico brasileiro Tom Jobim, uma das canções mais conhecidas nacional e internacionalmente.

Em seguida, encontramos mais representações do Brasil, mas, agora, no que diz respeito a questões econômicas. O jornalista mostra seu conhecimento sobre a

economia e os governos do Brasil de um modo que nos chama a atenção, pois o faz através de metáforas bíblicas. Observemos como isso ocorre no seguinte excerto:

(2) Um Brasil politicamente anestesiado, porque apareceu de repente como a sexta maior potência econômica do mundo, com um líder messiânico que o conduzia da escravidão de uma pobreza atávica à terra prometida da classe média. E, enquanto nas ruas de meio mundo se enchiam de “indignados” com seus protestos contra uma política considerada arcaica e fossilizada [...] o novo Moisés brasileiro era invejado e objeto de desejo de outros países que também gostariam de tê-lo como líder. (EL PAÍS, 2016, não paginado, tradução nossa).⁷

A metáfora “país anestesiado”, representação que designa o cenário econômico do Brasil, nos leva a entender que o país estava em uma condição de imobilidade, isto é, inibido de sentir quaisquer sensações maléficas, haja vista que, no jargão médico, a anestesia é aplicada com o objetivo de bloquear reações do corpo a algum procedimento intraoperatório. Essa “anestesia econômica” do Brasil parece ser condicionada ao período de estabilidade na economia que ofereceu ao país o título de sexta potência econômica, no ano de 2011⁸. Vale comentar que, embora em 2011 o país estivesse sob o governo da Presidente Dilma Rousseff, o cenário econômico favorável do país nesse período foi um legado deixado pelos anos anteriores pelo governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (Lula). Sendo assim, a metáfora “líder messiânico” utilizada para representar Lula conduz o leitor à compreensão de que ele foi o presidente que “libertou” o Brasil da pobreza, e essa interpretação só é possível se relacionarmos a metáfora em questão com o personagem bíblico Messias, ou Jesus Cristo, que foi o escolhido de Deus para salvar o mundo de seus pecados.

A “salvação” econômica do Brasil proporcionada pelo governo Lula, para alguns especialistas como o professor da Universidade da Califórnia em Los Angeles (UCLA), Perry Anderson, em seu artigo “O Brasil de Lula” (2011) defende que essa ascensão da economia brasileira foi reflexo de medidas de contenção de gastos que tiveram resultados imediatos e eficazes entre os anos de 2008 a 2010. Segundo Anderson (2011, p. 31), “[...] apesar da queda na arrecadação fiscal, a distribuição de renda aumentava, as reservas foram reduzidas, o investimento público subiu, e o consumo doméstico foi amparado”. Desse modo, após a crise financeira de 2008 e 2009, o governo de Lula adotou várias medidas para estimular a economia, que se recuperou determinadamente a partir do ano de 2010.

Na sequência desse excerto (2), o jornalista usa o item lexical “indignados” para referir-se aos “Indignados de Madrid”, nome dado aos vários protestos ocorridos na Espanha, em 2011. Percebemos que sutilmente o jornalista compara os momentos políticos da Espanha e do Brasil nesse ano: enquanto os espanhóis estavam promovendo intensos protestos na luta contra as políticas nacionais caracterizadas como obsoletas, os brasileiros, em contrapartida, estavam, com o próprio jornalista disse anteriormente, “anestesiados” com o desenvolvimento

econômico proporcionado pelo governo Lula ao país. Dessa maneira, podemos identificar a presença de um discurso que atenua a polarização intergrupala que, embora esteja estrategicamente mitigada, valoriza a luta dos espanhóis, em detrimento do momento de estabilidade política e econômica do Brasil e, por conseguinte, do sentimento de tranquilidade vivido pelo povo brasileiro.

Ao final desse trecho, novamente o jornalista faz apelos a metáforas bíblicas para referir-se ao ex-presidente Lula e sua intervenção na economia brasileira. Agora, representado na metáfora “Moisés brasileiro”, Juan Arias mantém a representação de “salvador” ou “libertador” atribuído à figura bíblica de Moisés, visto que foi o homem chamado por Deus para salvar o povo hebreu da escravidão do Egito e conduzi-los a Canaã, a terra prometida a esse povo na época (BÍBLIA DE PROMESSAS, 2006).

Após retomar o contexto do governo de Lula, o jornalista retorna ao cenário nacional dos protestos de 2014. Neste momento, o posicionamento do jornalista sustenta-se no contraste entre o Brasil “diferente” e o Brasil “normal”, sendo que normalidade e diferença continuam sendo atestadas em função da participação da população nas manifestações, como poderemos ver a seguir:

(3) [...] O Brasil começa a surpreender o mundo, desta vez, pelo [...] seu repentino inconformismo. Surpreende hoje a “normalidade” de um país que parecia e que acreditávamos diferente. Já não é mais, e começa a agir como os demais. Esta Copa acaba por demonstrar tudo isso. Enquanto os que dirigem o país se desfazem em pedidos para que os brasileiros das passeatas mostrem uma boa imagem para mundo, a mesma que mostravam antes de sua revolta, os brasileiros se empenharam em quebrar o encanto, em quebrar o próprio espelho mágico para se apresentarem como são e pretenderão ser, e não como diziam que eram [...]. Negar-se a compreender essa metamorfose [...] e com tentações de voltar ao passado, poderá ser um grave erro porque, ao contrário, este país está escolhendo o caminho da modernidade, da normalidade, do que hoje floresce no resto do mundo. (EL PAÍS, 2016, não paginado, tradução nossa).⁹

O jornalista afirma que o Brasil está surpreendendo o mundo com sua “normalidade”, referindo-se à atitude dos brasileiros em mostrar ao mundo a sua capacidade política de cidadania, sendo o protesto brasileiro caracterizado como “repentino inconformismo” (lexicalização) por quebrar a expectativa anterior. O enunciador mostra seu conhecimento acerca do cenário nacional (e supostamente sobre o governo de Dilma Rousseff) quando diz: “[...] enquanto os que dirigem o Brasil se desfazem em pedidos [...]”, trecho no qual possivelmente faça referência às ações dos governos federal e estaduais, no sentido de conter as manifestações e atender as exigências de segurança da Fifa. Convém exemplificarmos essa aparente evidencialidade que o enunciador apresenta, citando a notícia “Quem quiser manifestar não pode prejudicar a Copa”, publicada pelo portal da UOL, em 13 de maio de 2014, a qual exhibe alguns relatos da Presidente Dilma Rousseff no que diz

respeito à sua preocupação em tomar medidas preventivas com o objetivo de conter manifestações que pudessem prejudicar a realização dos jogos e a recepção dos turistas. No entanto, de acordo com a posição do articulista, as críticas e as eventuais medidas preventivas da Presidente não foram suficientes para conter a insatisfação do povo brasileiro com o Mundial, representada como “revolta” (escolha lexical). Essa “revolta” fez com que os brasileiros “quebrassem o encanto” e o “espelho mágico”, metáforas utilizadas para mostrar que a verdadeira preocupação da população brasileira não era com as aparências, isto é, com o que o mundo poderia dizer de suas atitudes, mas sim, em fazer com que sua voz fosse ouvida por seus governantes. A capacidade do brasileiro em exercer a sua cidadania é caracterizada através do termo “metamorfose”, outra metáfora que nos leva a entender que o brasileiro está sendo representado pela mudança da sua forma de pensar e de agir frente aos problemas do país, adotando uma postura aparentemente mais crítica e independente (BARRERE, 2017).

No trecho “negar-se a compreender essa metamorfose [...] e com tentações de voltar ao passado poderá ser um grave erro, ao contrário, este país está escolhendo o caminho da modernidade”, por meio de uma implicação entendemos que se trata de uma possível falta de interesse dos governantes em acatar as reivindicações do povo brasileiro, circunstância que atrapalharia o Brasil de se tornar um país moderno. Essa ideia de que o Brasil e o povo brasileiro seguem rumo à “modernidade” é reforçada pela expressão metafórica (metáfora) “[...]este país que hoje floresce”, em que a concepção de florescimento, neste caso, remete a um estado desejado de evolução, consistindo em uma representação aparentemente favorável que indica o desenvolvimento e a maturidade do país. No entanto, o imaginário europeu sobre a modernidade, segundo Pinto e Mignolo (2015), não diz respeito à narrativa ontológica de uma história universal, mas, sim, a uma postura triunfalista que se fundamenta na história da colonização e que desencadeou um discurso homogeneizante que serve para caracterizar ou não as civilizações não-europeias. Assim, o atestado de país moderno oferecido pelo europeu constitui uma prática discursiva que se associa ao projeto de dominação cultural, epistêmica e política do mundo. Sendo assim, a autorização em certificar civilidade e modernidade a outros povos baseia-se em uma ideologia eurocentrista, na qual:

[...] os europeus passaram a se ver como sendo o centro do mundo e o clímax da evolução humana. Não apenas criaram uma geografia em que se localizam no centro e os outros povos são localizados na periferia, mas também inventaram uma história em que se situam no presente de uma linha do tempo que evolui de um estado da natureza a um estado racional, civilizado, e dos demais povos, embora contemporâneos, são situados no passado, são primitivizados. (PINTO; MIGNOLO, 2015, p. 386- 387).

Ao final do artigo, o jornalista continua se posicionando acerca da importância das manifestações para a cidadania do povo brasileiro. É oportuno comentar, que, desde o início desta análise, as estruturas discursivas que encontramos têm servido para a caracterização dos protestos, além de oferecerem

suporte ao contraste feito da atitude do povo brasileiro no governo Lula e no governo da Presidente Dilma Rousseff. Observamos, então, que esse contraste vê-se mais marcado neste último excerto:

(4) [...] Preferiu sair, ainda que nu do paraíso no qual o haviam colocado e compartilhar a sorte de outros países órfãos de política [...] E nesta orfandade e dor de não saber às vezes para onde caminha, pode ocorrer de tudo: críticas ao poder até ontem idolatrado; lutas duras que acabam às vezes em atos de violência [...]. Ou greves reivindicativas, ou pedidos em faixas e palavras de ordem, pois também ela, a rua anônima, quer ter voz, já que não lhe basta, como no passado, depositar um voto na urna de quatro em quatro anos. Não lhe basta que seja o poder quem explique ao mundo como é o Brasil. Ele¹⁰ também quer contar. (EL PAÍS, 2016, não paginado, tradução nossa).¹¹

Ao dizer que o povo brasileiro “preferiu sair nu do paraíso no qual o haviam colocado”, o jornalista faz uso de uma metáfora que remete ao cenário econômico favorável do país até o ano de 2011, no governo Lula, que, como já vimos, foi uma época de estabilidade econômica do país. A representação que o item lexical “paraíso” suscita, designando o Brasil no governo de Lula, só é possível de ser construída por meio de uma implicação. Além disso, é provável que o item lexical “nu” possa ter sido utilizado para representar desfavoravelmente os protestos de 2014, visto que a nudez é a ausência de vestimentas, as quais têm o objetivo de cobrir o corpo para protegê-lo, como também evitar constrangimentos, afinal, em nossa sociedade contemporânea, a roupa, antes de possuir um valor estético, possui, antes de tudo, um valor moral (BARRERE, 2017). Sendo assim, o item lexical em questão pode ter sido empregado pelo jornalista para acusar um aparente despreparo na realização dos protestos, pois “estar nu” deixa o corpo vulnerável a quaisquer ameaças externas.

Adiante, verificamos novamente a necessidade do apelo à implicação para podermos inferir que a expressão (lexicalização) “poder até ontem idolatrado” represente, outra vez, a reputação do Governo do Presidente Lula, que marca a presença de uma representação positiva com função de distorção, uma vez que se vê, claramente, a ênfase na apresentação das características do governo do referido Ex-presidente, no sentido de mostrar que foi muito bem quisto e avaliado nacional e internacionalmente pelas suas medidas econômicas que elevaram o Brasil à posição de sexta economia Mundial. Além disso, o Brasil na presidência de Lula teve sua influência amplificada nas decisões tomadas pelos BRICS, o que reforça a função de distorção da representação de “idolatrado” para indicar o grande prestígio do governo em questão.

Ao final desse excerto (4), a metáfora “rua anônima”, que funciona como uma espécie de sinédoque¹² para representar o povo brasileiro, mostrando que o cidadão comum que não se contenta com a democracia representada apenas pelo direito ao voto – ideia reforçada pelo uso do item lexical “passado” – e que exige uma participação mais efetiva nas decisões políticas. Nessa direção, encontramos outra

metáfora por sinédoque de quantidade em: “Não lhe basta que seja o poder quem explique ao mundo como é o Brasil”, na qual o item lexical “poder” agora se refere ao governo de Dilma Rousseff, que, como vimos, preocupou-se em mostrar uma boa imagem do Brasil no período da Copa através de medidas que contivessem as ações de manifestantes que prejudicassem a boa realização dos jogos. Assim, o jornalista parece apresentar uma representação bem qualificada do povo brasileiro, enquanto “povo crítico”, que tem buscado exercer sua cidadania e provar sua capacidade de fazer política diante dos seus governantes, do mundo e de si mesmo.

Prestes a concluirmos esta análise, vale dizer que encontramos nove ocorrências da metáfora, sete da lexicalização, três da implicação e duas da evidencialidade. Observamos que o uso dessas estruturas discursivas se deu por alguns motivos: No que diz respeito ao uso da metáfora, é possível afirmar que o jornalista a utilizou com o objetivo de transferir ao interlocutor a responsabilidade de captar os múltiplos sentidos que essa estrutura pode suscitar. Desse modo, levando em conta a presença das relações de poder nos discursos analisados, observamos que o uso de metáforas mitigou, em alguns momentos, a polarização estabelecida entre Brasil e Espanha, visto que, como dissemos, coube ao leitor, e não aos jornalistas, construir as significações adjacentes a cada metáfora presente nos artigos. É o que semelhantemente ocorre com o uso da implicação, visto que consiste em uma estrutura na qual os sentidos estão por trás do dito, cabendo, também, ao leitor, a responsabilidade de captar as significações do não-dito, isto é, implícitas no discurso. Em se tratando da utilização da lexicalização, é possível dizer que o jornalista teve o intuito de apresentar suas ideias de um modo mais “objetivo”, em termos de distanciamento de sentidos que pudessem apresentar conotações em maior grau. Por último, que é o caso da evidencialidade, notamos que as evidências apresentadas nos artigos, com base em fontes alternativas, além de terem servido como suporte às críticas dos jornalistas, também consistiram em uma estratégia de legitimidade discursiva, fazendo com que a opinião do jornalista fosse mais facilmente aceita.

Observamos, também, que, embora boa parte das categorias analisadas tenham sido usadas para representar o Brasil em direção a um país “normal”, no sentido de mostrar uma aparente maturidade política alcançada por meio das manifestações, essa representação positiva pode ser vista como estratégia de mitigação das relações de poder dentro do discurso, visto que essa “normalidade”, enquanto uma representação bem qualificada do Brasil, mantém, na verdade, o contraste com o país “diferente” do passado, isto é, sem criticidade e maturidade política, o que acaba atenuando, ou até mesmo refutando a representação favorável do país. Nesse sentido, verificamos que a principal representação construída pelo jornalista em torno da “(a) normalidade” ou “diferença” do Brasil baseia-se em uma visão eurocêntrica, ou seja, em uma visão cultural hegemônica que, na verdade, busca construir um discurso de desvalorização do Brasil, no sentido de mostrá-lo, como inferior aos outros, permanecendo como representação preponderante.

Neste trabalho refletimos sobre as representações sociais do Brasil e do brasileiro veiculadas no artigo de opinião “A copa nos ajuda a descobrir que o Brasil já é um país normal” pelo jornal *El País* no período da Copa Fifa de 2014, que engloba o contexto sociopolítico brasileiro de realização desse megaevento esportivo e das manifestações nacionais em oposição aos altos gastos de dinheiro público destinados a ele. O objetivo desta pesquisa consistiu em verificar a presença de representações bem ou mal qualificadas do país e de sua população por meio da utilização de quatro estruturas discursivas, que foram a metáfora, lexicalização, implicação e evidencialidade.

No tocante à adoção da Análise Crítica do Discurso como abordagem, comprovamos sua eficácia no exame das relações de poder, o que nos permitiu observar a existência de uma relação entre grupos culturais, ou seja, entre europeus e brasileiros, a partir do uso das estruturas discursivas no discurso jornalístico espanhol, além da sua relevância social em estudos críticos do discurso sobre o poder e a dominação cultural exercidos por grupos ditos privilegiados, que neste caso são os jornalistas espanhóis, representados, aqui, pelo jornalista que escreveu o artigo analisado.

Já no que diz respeito à discussão realizada sobre a representação social a partir dos trabalhos de Moscovici (1978; 2004), observamos que só é possível compreender esse fenômeno de modo integrado, primeiramente considerando-o como um fenômeno de significação do mundo, que neste caso consistiram nas interpretações particulares que o jornalista construiu em torno do Brasil e do brasileiro, além de ser um elemento pelo qual o jornalista pôde apresentar seu conhecimento sobre o país, sua população e seu cenário político em questão, conhecimento esse que teve por função tanto a elaboração e orientação eurocêntrica do discurso do jornalista espanhol, quanto de comunicação entre ele e os leitores.

Os resultados aqui apresentados mostram que houve uma tendência da imprensa europeia em apresentar um discurso que busca expor conhecimentos acerca de grupos culturais como confiáveis e únicos. No entanto, os resultados não podem ser generalizantes em relação à dominação cultural empreendida pela imprensa espanhola, que é o caso desta pesquisa, visto que é necessário observar o posicionamento de outros jornais europeus de grande circulação no mundo e os respectivos processos de produção de representações do Brasil e o povo brasileiro, a fim de promover um contraste nos posicionamentos.

Por fim, esperamos que este breve estudo contribua para trazer à consciência das pessoas de que muitos discursos concebidos como naturais são, na verdade, produtos de relações assimétricas de poder. Assim, esperamos fomentar mudanças sociais, especialmente na forma com que muitos grupos ainda têm tratado o Brasil e o povo brasileiro.

Notas

¹ “El ACD no es una orientación investigadora entre otras, como la gramática TG o la lingüística sistémica, y tampoco es una subdisciplina del análisis discursivo como la psicología del discurso o el análisis conversacional. No es un método, ni una teoría que puede simplemente aplicarse a los problemas sociales. El ACD puede realizarse en, o combinarse con, cualquier enfoque y subdisciplina de las humanidades y las ciencias sociales”.

² Em *Discurso e Poder*, Van Dijk (2008) trata do acesso como uma maneira de conhecer e dominar a prática de variados gêneros de discurso da esfera pública. Como exemplo, temos o professor, que tem acesso ao discurso educacional; o médico, ao discurso da medicina; o juiz, ao discurso jurídico, o parlamentar, ao discurso político, assim como as demais pessoas que possuem acesso a outros discursos que constituem sua área de atuação profissional em específico.

³ Devido à falta de espaço, não foi possível colocar o texto na íntegra neste momento do trabalho. Mas o link do artigo de opinião em questão está devidamente referenciado no item “Referências” e pode ser acessado para fins de leitura.

⁴ Si una virtud está teniendo el segundo Mundial de Fútbol celebrado en Brasil es que empieza a revelarse un país normal y no “diferente”. Hasta junio pasado, cuando dos millones de brasileños salieron a la calle en varias ciudades para exigir transportes, hospitales y escuelas “padrón Fifa” y para protestar contra el despilfarro en la organización de la Copa, Brasil, como se dijo un tiempo de España, era visto como “diferente”.

⁵ “El llamado país del balón era también el de la samba, las garotas de Ipanema, la alegría y la pereza tropical. Y el atraso. Un país como el que a veces presenta la publicidad de rutas turística mundiales”.

⁶ A letra desta canção pode ser acessada por meio do seguinte link: <https://www.letras.mus.br/tom-jobim/20018/>.

⁷ “Un Brasil políticamente anestesiado porque surgió de repente como sexta potencia económica del mundo, con un líder mesiánico que lo conducía de la esclavitud de una pobreza atávica a la tierra prometida de la clase media. Y mientras las calles y plazas de medio mundo se llenaban de “indignados” con sus protestas contra una política considerada arcaica y fosilizada [...] el nuevo Moisés brasileño era envidiado y objeto de deseo de otros países que lo hubiesen querido también como líder”.

⁸ Para sustentarmos essa interpretação, de acordo com a matéria “Brasil: sexta economia mundial” publicada em novembro de 2011 pelo jornal *Carta Capital*, o PIB do Brasil, estimado em 2,44 trilhões de dólares, ultrapassou o do Reino Unido, estimado em 2,41 trilhões, estabelecendo-se, portanto, uma diferença de 1,2%, circunstância que poderia ser modificada pela oscilação cambial.

⁹ “[...] Brasil empieza a sorprender al mundo, esta vez, [...] por su repentino inconformismo. Sorprende hoy la “normalidad” de un país que parecía y lo creíamos diferente. Ya no lo es y empieza a actuar como los demás. Esta Copa está acabando de demostrar todo esto. Mientras los que dirigen el país se deshacen en peticiones para que los brasileños de a pie ofrezcan una buena imagen al mundo, la que ofrecían antes de su enfado, los brasileños se empeñaban en quebrar el encanto, en romper el propio espejo mágico para presentarse como son o como quieren ser en adelante y no como decían que eran [...]. Negarse a entender esta metamorfosis [...] y con tentaciones de volver al pasado, podría ser un grave error porque, al revés, este país

está escogiendo el camino de la modernidad, de la normalidad, de lo que hoy germina en el resto del mundo”.



¹⁰ Na tradução realizada pelo El País Brasil, este pronome estava como “Ela”, que dá a entender que se refere à rua anônima. Contudo, notamos que provavelmente foi um caso de inadequação morfológica e semântica não detectada no momento da editoração do texto. Assim, tomamos a liberdade em mudar o pronome, visto que, além do sentido proposto pelo texto original, o pronome em questão, devido ao local em que está situado, não se refere à rua, mas ao povo brasileiro representado por “Brasil”.

¹¹ “Ha preferido salir, aunque desnudo, del paraíso en el que lo habían colocado, y compartir la suerte de los otros países huérfanos de política [...] Y en esa orfandad y desgarró de no saber a veces hacia donde se camina, puede ocurrir de todo: críticas al poder que hasta ayer idolatraba; luchas duras que rayan a veces en acciones violentas [...] O huelgas reivindicativas, o confesiones en pancartas y palabras de orden que también ellos, la calle anónima, quieren tener voz, ya que no les basta, como en el pasado, colocar un voto en las urnas cada cuatro años. No les basta que sea el poder el que explique al mundo cómo es Brasil. Lo quieren contar también ellos”.

¹² Tipo especial de metáfora baseada na relação quantitativa entre o significado original da palavra e o conteúdo. Neste caso, trata-se de uma sinédoque da parte pelo todo.

Referências

ANDERSON, Perry. O Brasil de Lula. Tradução de Alexandre Barbosa de Souza e Bruno Costa. **Revista Novos Estudos - CEBRAP**, São Paulo, n. 91, p. 23-52, 2011.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 5. ed. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

BARRERE, Luana Lisboa. **Representações do Brasil e do brasileiro no discurso do jornal espanhol *El País* no contexto Pré-Copa Fifa de 2014**. 2017. 205 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017.

BÍBLIA DE PROMESSAS. **Isaías**. Tradução de João Ferreira de Almeida. 6. ed. São Paulo: King’s Cross publicações, 2006. p. 551.

COSTA, Sérgio Roberto. **Dicionário de gêneros textuais**. 2. ed.. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

EL PAÍS. **A Copa nos ajuda a descobrir que o Brasil já é um país normal**. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2014/06/13/opinion/1402688745_879461.html>. Acesso em: 26 out. 2016.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Tradução de Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FAIRCLOUGH, N. L; WODAK, R. Critical discourse analysis. In: VAN DIJK, T. A. (Ed). **Discourse studies. A Multidisciplinary introduction**. London: Sage, 1997. p. 258-284.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere: o risorgimento**. Notas sobre a história da Itália. V. 5. Tradução de Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2008.

MELO, Iran Ferreira de. Por uma Análise Crítica do Discurso. In: MELO, Iran Ferreira de (Org.). **Introdução aos estudos críticos do discurso: teoria e prática**. Campinas, SP: Pontes, 2012. p. 53-97.



MOSCOVICI, Serge. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

PINTO, Júlio Roberto de Souza; MIGNOLO, Walter D. A modernidade é de fato universal? Reemergência, desocidentalização e opção decolonial. **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, V. 15, N. 3, p. 381-402, jul.-set. 2015.

RESENDE, Viviane; RAMALHO, Viviane. **Análise do Discurso Crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.

RODRIGUES, Rosângela Hammes. Os gêneros do discurso na perspectiva dialógica da linguagem: a abordagem de Bakhtin. In: MEURER, J. L.; BONINI, Adair; ROTH, Désirée Motta (Org.). **Gêneros: teorias, métodos, debates**. São Paulo: Parábola, 2005. p. 152- 183.

VAN DIJK, Teun. La multidisciplinaridad del análisis crítico del discurso: un alegato en favor de la diversidad. In: WODAK, Ruth; MEYER, Michael. **Métodos de análisis crítico del discurso**. Barcelona: Gedisa, 2003. p. 143-177.

VAN DIJK, Teun. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2008.

VAN DIJK, Teun. Política, ideologia e discurso. In: MELO, Iran Ferreira (Org.). **Introdução aos estudos críticos do discurso: teoria e prática**. Campinas, SP: Pontes, 2012. p. 15-49.

Para citar este artigo

BARRERE, Luana Lisboa; ALMEIDA, Júlia Maria Costa de. Uma análise discursiva crítica das representações do Brasil e do brasileiro no discurso do jornal *El País*. **Miguilim – Revista Eletrônica do Netlli**, Crato, v. 6, n. 1, p. 58-81, jan.-abr. 2017.

As autoras

[Luana Lisboa Barrere](#) é mestre em Linguística pelo Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal do Espírito Santo (2017). Júlia Maria Costa de Almeida é doutora em Linguística pela Unicamp (1998) e possui pós-doutorado na Duke University (EUA) pelo Programa Avançado de Cultura Contemporânea – PACC/UFRJ (2012-2013). Atualmente é professora do Departamento de Línguas e Letras da Universidade Federal do Espírito Santo, onde atua nas áreas de Linguística e Estudos Literários.

[Júlia Maria Costa de Almeida](#) é professora do Departamento de Línguas e Letras e do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Espírito Santo.

Apoio e financiamento: Fundação de Amparo à pesquisa e inovação do Espírito Santo (FAPES)